

Em sete anos, quatro prefeitos no ABC foram alvos de afastamentos judiciais

Carlos Carvalho

Desde 2018, o ABC foi alvo de quatro ações judiciais que culminaram no afastamento de prefeitos. A última ocorreu em São Bernardo com a deflagração da operação Estafeta, da Polícia Federal, que terminou com Marcelo Lima (Podemos) longe do cargo por um ano, conforme decisão a Justiça. Outros casos ocorreram em Mauá, Ribeirão Pires e São Caetano.

Em maio de 2018 houve a deflagração da operação Prato Feito, da Polícia Federal, que investigava um suposto esquema de corrupção envolvendo contratos de merenda escolar em municípios da Bahia, Paraná e São Paulo, além do Distrito Federal.

A deflagração acabou com a prisão do então prefeito de Mauá e atual deputado estadual Atila Jacomussi (à época no PSB e atualmente no União Brasil), e do então secretário de Transportes e de Governo João Gaspar. Após 37 dias de prisão, Atila foi preso, mas impedido de retornar ao cargo imediatamente. Algo que só ocorreu em setembro daquele ano.

Porém, em dezembro de 2018 Atila foi preso novamente após a deflagração da operação Trato Feito, que investigava um suposto esquema de corrupção que envolveria vereadores, secretários, empresários e o então prefeito. Desta vez, houve uma reviravolta política com a abertura e depois aprovação da cassação de mandato em abril.

Mas Atila conseguiu reverter judicialmente o impeachment e retornou ao comando da Prefeitura de Mauá em setembro de 2019, e seguiu até o final do mandato em 31 de dezembro de 2020. Em 2022 foi eleito como deputado estadual.

Ribeirão Pires

Em Ribeirão Pires, o problema estava na esfera da Justiça Eleitoral. O então prefeito Clovis Volpi (então no PL e atualmente no PSD) teve que enfrentar um imbróglio sobre as contas da Prefeitura em relação ao ano de 2012. A princípio

Volpi teve suas contas rejeitadas e assim perderia os direitos políticos por oito anos. Porém, conseguiu uma liminar para que ocorresse um novo julgamento na Câmara, pois o Legislativo não teria ouvido sua defesa.

No segundo julgamento, Volpi conseguiu a aprovação das contas. Porém, o Judiciário entendeu que o segundo julgamento foi irregular, fato que mantinha as contas reprovadas. Após uma série de recursos, Clovis acabou perdendo na última instância. Em setembro de 2022 acabou cassado definitivamente. A decisão culminou em uma eleição suplementar em dezembro daquele ano.

O filho de Clovis e então presidente da Câmara, Guto Volpi (PL), acabou como vencedor da eleição para completar o mandato até o final de 2024 e depois foi reeleito para seguir no comando da Estância Turística.

Atualmente Clovis Volpi é secretário de Saúde em Ribeirão Pires e é pré-candidato a deputado estadual pelo PSD.

São Caetano

A Justiça Eleitoral acabou agindo em São Caetano. Houve uma investigação sobre irregularidades nas doações eleitorais para a campanha de José Auricchio Júnior (então no PSDB e hoje no PSD) em 2016. A suspeita é duas idosas foram usadas como laranjas em um esquema de fraude.

Tal cenário acabou atingindo Auricchio na eleição de 2020, quando o então prefeito chegou na eleição com a campanha impugnada por causa deste processo. Mais votado na eleição, o médico teve que esperar por 13 meses para voltar ao comando do Palácio da Cerâmica.

Eleito presidente da Câmara no início de 2021, Tite Campanella (então no Cidadania e atualmente no PL) assumiu interinamente o Poder Executivo. Após decisão unânime do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Auricchio foi inocentado no processo e assim conseguiu assumir para seu quarto mandato em São Caetano.

Apesar de filiado ao PSD, Auricchio afirmou que não vai disputar a eleição em 2026 e que seu foco é ajudar o seu filho Thiago Auricchio (PL) a se reeleger como deputado estadual.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3690760/em-sete-anos-quatro-prefeitos-no-abc-foram-alvos-de-afastamentos-judiciais/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Política